



**CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTE DO QUADRO EFETIVO DO INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ  
EDITAL 01/2013**

NOME: \_\_\_\_\_ Número de INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

1. Confira atentamente se o caderno de provas contém CINQUENTA questões com as opções A, B, C, D e E.
2. Aguarde a autorização do chefe de sala para dar início à resolução das questões contidas no caderno de provas.
3. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
4. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
5. A duração da prova é de quatro horas, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento da folha de respostas.
6. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o caderno de provas somente no decorrer dos últimos trinta minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
7. As opções corretas devem ser marcadas no cartão de respostas, utilizando caneta esferográfica transparente azul ou preta.
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo que o encaminhará até o chefe de sala para a devolução do caderno de provas e do cartão de respostas.
9. Após a entrega do caderno de provas e do cartão de respostas, deixe o local de prova.
10. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital e no presente caderno poderá implicar a anulação das provas.

<p>1- De acordo com a Lei nº 8.112/1990, são exemplos de vacância do cargo público:</p> <p>A) demissão, aposentadoria e disponibilidade;  B) remoção, falecimento e demissão;  C) exoneração, demissão e redistribuição;  D) aposentadoria, reversão e promoção;  E) readaptação, demissão e promoção;</p>	<p>2- Quanto ao regime disciplinar constante da Lei nº 8.112/90, é CORRETO afirmar:</p> <p>A) a proibição de acumular cargos não se estende a empregos e funções em sociedade de economia mista da União;  B) advertência, cassação de aposentadoria e destituição de função comissionada são exemplos de penalidades disciplinares;  C) a penalidade de advertência terá seu registro cancelado após 5 (cinco) anos de efetivo exercício;  D) entende-se por inassiduidade habitual a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;  E) a ação disciplinar é imprescritível, quanto às infrações puníveis com demissão;</p>
<p>3- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, marque a alternativa CORRETA:</p> <p>A) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público somente aquele que preste serviço de natureza permanente;  B) Serviço de natureza temporária, mesmo que ligado indiretamente a uma autarquia federal, não é considerado como serviço público;  C) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso;  D) Não cabe à Comissão de Ética fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público;  E) Cabe ao servidor público alterar o teor de documento que deva encaminhar para providências;</p>	<p>4- Considerando o que dispõe o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens que seguem, como VERDADEIROS ou FALSOS, e marque a alternativa correspondente:</p> <p>I - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio;  II - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.  III - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.  IV - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.  V - O direito à verdade é relativo, não devendo o servidor fornecer a verdade quando contrária aos interesses da própria da Administração Pública.</p> <p>A) Apenas o item III é falso;  B) São falsos os itens I, II e IV;  C) São verdadeiros os itens I, II e III;  D) São verdadeiros os itens I, III e IV;  E) Apenas o item III é verdadeiro.</p>

<p>5- A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, dispõe que será instituída uma Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, eleita pelos seus pares, em cada Instituição Federal de Ensino, que possua, em seus quadros, pessoal integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Assim, conforme expressamente definido na referida Lei, cabe à CPPD prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito:</p> <p>A) à legalidade quanto à designação de docentes para comporem Comissões internas;</p> <p>B) à proposição para alteração de planos pedagógicos de cursos;</p> <p>C) à avaliação de desempenho para fins de progressão funcional na carreira;</p> <p>D) à prestação de assessoramento quanto à instauração de processo administrativo disciplinar, que tenha o docente como parte;</p> <p>E) à proposição ao conselho superior da Instituição Federal de Ensino da alteração do plano de carreiras e cargos de magistério federal.</p>	<p>6- Sobre os princípios constitucionais brasileiros referentes à Educação e/ou à Ciência e Tecnologia é VERDADEIRO afirmar:</p> <p>A) o ensino deve ser ministrado sob o princípio, entre outros, de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</p> <p>B) uma das formas de cumprimento do dever do Estado com a educação é garantir sua obrigatoriedade e gratuidade dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos de idade e assegurar, ainda, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;</p> <p>C) a pesquisa tecnológica voltar-se-á exclusivamente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional;</p> <p>D) um dos princípios do ensino brasileiro é a sua gratuidade em todos os estabelecimentos;</p> <p>E) Estados e Distrito Federal devem, obrigatoriamente, vincularem parcela de suas receitas orçamentárias a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.</p>
<p>7- Conforme dispõe o artigo 61 da Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, a formação dos profissionais da educação deve, entre outros aspectos:</p> <p>I – ser pautada por sólida formação básica,</p> <p>II - proporcionar o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;</p> <p>III – associar teorias e práticas;</p> <p>IV - incluir estágios supervisionados e capacitação em serviço;</p> <p>V – aproveitar formação e experiências anteriores, tanto as desenvolvidas em instituições de ensino como aquelas decorrentes de outras atividades.</p> <p>Acerca das afirmações acima, é verdadeiro afirmar:</p> <p>A) Somente o item I apresenta afirmação correta;</p> <p>B) Somente os itens I e III apresentam afirmações corretas;</p> <p>C) Somente os itens III, IV e V apresentam afirmações corretas;</p> <p>D) Nenhum dos itens apresenta afirmação correta;</p> <p>E) Todos os itens apresentam afirmações corretas.</p>	<p>8- Considerando-se as disposições legais da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre a Educação Superior, é verdadeiro afirmar que:</p> <p>A) o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.</p> <p>B) As instituições de Educação Superior poderão, respeitadas as normas que tratam dessa situação, abreviar o tempo de formação de alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos.</p> <p>C) diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras poderão ser revalidados por qualquer universidade brasileira desde que essas ofereçam cursos do mesmo nível e área ou equivalente e que respeitem os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação;</p> <p>D) quando confirmada a existência de vagas remanescentes, as instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, independentemente de processo seletivo;</p> <p>E) a universidade se caracteriza, entre outros aspectos, por possuir, no mínimo, dois terços dos seus professores possuidores do título de mestres e doutores e atuantes em regime de tempo integral.</p>

<p>9- Ao receber um aluno, com quinze anos de idade, a escola e os educadores precisam saber, entre outros aspectos, que ele:</p> <p>I - tem direito a matrícula em escola pública de educação básica, de forma gratuita;</p> <p>II - se contratado por qualquer empresa, na condição de aprendiz, deverá ter assegurados os seus direitos trabalhistas e previdenciários.</p> <p>III - não poderá ser hospedado em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável</p> <p>IV - se envolvido em qualquer ato infracional, não poderá ser identificado, sendo vedada a sua exposição por meio de fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome;</p> <p>V - deve ter sua situação escolar acompanhada pelo estabelecimento de ensino, cabendo aos dirigentes comunicarem ao Conselho Tutelar as situações de maus tratos e, quando esgotadas as soluções no âmbito dos estabelecimentos, as reiteradas ausências não justificadas, evasão e repetência.</p> <p>Acerca das afirmações acima, é verdadeiro afirmar:</p> <p>A) Somente o item III apresenta afirmação correta;</p> <p>B) Somente os itens I e II apresentam afirmações corretas;</p> <p>C) Somente os itens I, II e III apresentam afirmações corretas;</p> <p>D) Somente os itens II, III e IV apresentam afirmações corretas;</p> <p>E) Todos os itens apresentam afirmações corretas.</p>	<p>10- Sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei Federal nº11.892 de 2008, é verdadeiro afirmar:</p> <p>A) são instituições que possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia didático-pedagógica e disciplinar, porém com administração patrimonial e financeira executada integralmente pelo Ministério da Educação;</p> <p>B) fazem parte de uma rede da qual também são integrantes todas as universidades federais e as escolas técnicas a elas vinculadas, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG e o Colégio Pedro II.</p> <p>C) No que se refere à regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior estão subordinados às universidades federais;</p> <p>D) têm como campo de atuação a educação superior, básica e profissional, com especialização na educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino;</p> <p>E) podem oferecer educação superior até o nível de <i>lato-sensu</i>, sendo vedada sua atuação no <i>stricto sensu</i>;</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

11- A oração destacada no excerto “Só no vestiário é que se acalmaram um pouco; ali o fogo continuava a arder tão forte que o fogão estava em brasa; o enorme compartimento sem janelas parecia estar em chamas com os reflexos purpúreos do braseiro dançando nas paredes” (Zola, Émile. *Germinal*. São Paulo: Martin Claret, 2006, pp. 62, 63) expressa a ideia de:

- A) conclusão.
- B) consequência.
- C) causa.
- D) concessão.
- E) comparação.

13- Observe a charge a seguir:



(Retirado do site <http://tirocerto.homestead.com/charges.html>, em 11/09/2013)

O humor contido na charge deve-se, especialmente;

- A) ao fato de as personagens usarem armas de fogo.
- B) à falta de coerência entre palavras e ações da personagem.
- C) à contradição ou incoerência da fala das personagens.
- D) ao argumento apresentado por uma das personagens de que não é o homem que mata, mas a arma.
- E) apenas ao final inusitado e hilariante da charge.

12- Leia o trecho, retirado da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha:

“O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas”. (Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 118)

Nesse fragmento, encontra-se, principalmente, a descrição de um tipo:

- A) tímido.
- B) lento.
- C) acanhado.
- D) preguiçoso.
- E) empenhado.

14- Observe a palavra destacada no discurso “Venda de armas devia ser proibido!”. A concordância está CORRETA apenas na seguinte alternativa:

- A) É proibido venda de bebidas.
- B) É proibido a venda de bebidas.
- C) Bebida alcoólica é proibida para menores.
- D) É proibida entrada de pessoas sem camisa.
- E) É proibido a entrada de animais.

15- Observe o seguinte cartaz:



(Retirado do site: <http://rafael2808.blogspot.com.br/2011/04/o-que-e-linguagem-meio-pelo-qual.html>, em 11/09/2013)

Ele transmite uma mensagem e para isso faz uso da linguagem;

- A) verbal.
- B) conotativa.
- C) não verbal.
- D) metafórica.
- E) verbal e não verbal.

17 - Dado o excerto: “Não era qualquer vaqueiro chegado de fora, não. Tinha mania: não batia em gente a pé, \_\_\_\_\_ gostava de correr \_\_\_\_\_ de cavaleiro. De longe, ele já sabia que vinha algum, \_\_\_\_\_ encostava um ouvido no chão, para escutar.” (Rosa, João Guimarães. *O burrinho pedrês*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, pp. 39, 40).

A alternativa que preenche CORRETAMENTE o excerto é:

- A) mas – atrás – porque.
- B) mais – atrás – por que.
- C) mais – atrás – porque.
- D) mas – atrás – por que.
- E) mais – atrás – por que.

19- Na oração, retirada do fragmento: “declara preferir ao oceano a terra mais ingrata”, o verbo destacado foi usado de acordo com a norma padrão. Identifique a opção em que o verbo também foi empregado de acordo com a norma culta.

- A) Sua atitude implicará em demissão.
- B) Ele namora com uma moça bem interessante.
- C) O filho obedecia o pai, regularmente.
- D) Perdoou a mulher, pois sabia que fora apenas um deslize.
- E) Queria muito bem ao filho único.

16- Observe o trecho: “Compressas, pomadas, água morna. Delicado trato. Racha-se nas extremidades a pele agora fina, quase transparente. E leve cacho de carne protuberante entre os lábios da fenda, projeta-se desenovelando lento e seguro a primeira pétala lilás” (Colasanti, Marina. *Contos de Amor Rasgados*. Rio de Janeiro: Roco, 1986, p. 97).

A acentuação gráfica das palavras destacadas do trecho acima corresponde à mesma que justifica a dos vocábulos a seguir, respectivamente:

- A) ciência, sábado, chinês.
- B) sintético, pâncreas, mês.
- C) pânico, síndico, história.
- D) véu, necessário, Pólux.
- E) fábula, silêncio, ninguém.

18- Da leitura atenta do fragmento do ensaio: “Em *A Tempestade*, de Shakespeare, Gonzalo, no coração do perigo, declara preferir ao oceano a terra mais ingrata: ‘A essa hora, daria bem mil jeiras de mar por um acre de terra estéril: uma grande charneca, pinheiros, qualquer coisa [...]’” (Delumeau, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 60), pode-se dizer, em outras palavras, que:

- A) ao estarmos numa situação difícil, é preciso manter a calma para raciocinar e decidir algo que seja melhor a nós.
- B) nas vicissitudes, é preferível tentar serenar os ânimos e não desesperar, para não se botar tudo a perder.
- C) estando-se no mar, em mau tempo e com a morte iminente, deseja-se estar em chão firme (mesmo ruim), mas longe de todos os perigos marinhos.
- D) a personagem shakespeariana, estando no meio de um furacão, enfrenta bravamente a situação difícil como todo herói de romance.
- E) Gonçalo é uma personagem fraca que se deixa abater numa hora de grande tribulação e angústia.

20- A crase é a fusão de duas vogais idênticas e deve ser indicada pelo acento grave. Indique em qual opção esse acento foi usado CORRETAMENTE.

- A) Ficaram cara à cara para decidir o que era melhor aos dois.
- B) Entrega-se à domicílio.
- C) Eram mulheres que estavam à beira de um ataque de nervos.
- D) Refiro-me à ela, a mulher de meus sonhos.
- E) Falava à meio tom, como se ironizasse.

21. Alguns marcos são considerados representativos dos debates levantados acerca da problemática da exclusão, tanto em âmbito nacional como internacional. Dentre esses marcos históricos, é correto afirmar que, no que concerne aos seus objetivos fundamentais, a Convenção da Guatemala, ocorrida a de 28 de maio de 1999:

- A) Propõe a eliminação de toda forma de discriminação baseada em atos de diferenciação, exclusão ou restrição contra pessoas com deficiência, e prevê o favorecimento da integração dessas pessoas em sociedade.
- B) Delibera sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, e representa o resultado de um movimento mundial que consolidou a educação inclusiva em todos os níveis de formação.
- C) Visa garantir a proteção e cuidados especiais à criança, antes e depois de seu nascimento, em decorrência de sua imaturidade física e mental, e levando em consideração que em âmbito mundial existem crianças vivendo em condições extremamente adversas e que necessitam de proteção especial.
- D) Apresenta definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, tendo em vista garantir às pessoas com deficiência conhecimentos necessários para seu desenvolvimento integral em sociedade.
- E) Refere-se à inclusão no processo educacional, considerando como princípio fundamental da escola inclusiva, que todas as crianças sejam acolhidas e aprendam juntas, independentemente de quaisquer diferenças ou dificuldades que apresentem em seu desenvolvimento cognitivo.

22. Karin Strobel, em seu trabalho intitulado ‘As imagens do Outro sobre a Cultura Surda’ (2009), refere artefatos “àquilo que na cultura constitui produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo” (p.39). No caso da cultura do povo surdo, STROBEL destaca que os artefatos culturais traduzem as atitudes de ser surdo, de ver, de perceber e de modificar o mundo, e a autora distingue-os, ainda, segundo categorias específicas ligadas a distintos campos, que segundo ela são denominados como os seguintes artefatos culturais:

- A) Lingüístico, Comportamental, Visual, Familiar, Literário, Artístico, Político, Ambiental.
- B) Experiência Visual, Ambiental, Literatura Surda, Política, Artístico, Familiar, Lingüístico, Artes Visuais.
- C) Experiência Visual, Linguístico, Familiar, Literatura Surda, Vida Social e Esportiva, Artes Visuais, Política, Materiais.
- D) Comportamental, Experiência Visual, Linguístico, Familiar, Literário, Política, Vida Social e Esportiva, Materiais.
- E) Ambiental, Política, Experiência Visual, Linguístico, Familiar, Vida Social, Artes Visuais, Materiais.

23. Ao longo da história, podem-se identificar três grandes abordagens metodológicas que têm fundamentado e, ainda hoje, balizam as discussões sobre a educação de surdos, no Brasil e no resto do mundo, sendo elas:

- A) Oralidade, Comunicação Integral, Bilingüismo.
- B) Oralismo, Comunicação Total, Bilingüismo.
- C) Comunicação Integral, Bilingüismo, Gestualismo.
- D) Comunicação Total, Gestualismo, Cued Speech.
- E) Cued speech, Oralismo, Comunicação total.

24. Sabe-se que o aprendizado da Língua de Sinais é um fator primordial na educação de surdos, e tem se constituído como um grande desafio àqueles que se ocupam dessa missão, seja no ambiente escolar ou no seio familiar, o que demonstra a relevância e coloca em destaque, tanto o papel da escola como o da família na formação dos alunos surdos. A esse respeito, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (Brasil, 2001. Item 8 – Educação Especial, Tópico 8.3 – Objetivos e Metas) preconiza sobre essa importância, quando destaca como um de seus objetivos:

- A) Implementar, imediatamente após a publicação do Plano Nacional de Educação, o ensino da LIBRAS dentro das escolas, nas aulas das demais disciplinas do currículo escolar, assim como incentivar o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os familiares de alunos surdos.
- B) Implantar, imediatamente após a data da publicação do PNE, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos dentro das escolas especializadas na educação de surdos e, sempre que possível, implementar o ensino da LIBRAS dentro das escolas do sistema educacional básico, e para os familiares dos alunos surdos.
- C) Incentivar a família para o uso da língua de sinais, de modo a acompanhar o desenvolvimento e a integração do aluno no ambiente escolar, com cursos dentro das próprias escolas de ensino regular, ou ainda, quando possível, dentro de escolas especializadas na educação de surdos.
- D) Implantar, em cinco anos, e generalizar em dez anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não-governamentais.
- E) Implantar, em dez anos, e generalizar o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não-governamentais.

25. Ao considerar como referência a visão clínico-terapêutica, a sociedade ouvinte concebe a surdez:

- A) Segundo o princípio da “anormalidade”, isto é, como uma variação do que é considerado biologicamente normal na espécie humana, concepção essa fundamentada nos pressupostos do paradigma médico, e que caracterizaria a surdez como uma patologia a ser tratada.
- B) Como um tipo de diferença cultural decorrente de uma deficiência orgânica específica, o que se traduz como uma visão mais integral acerca da surdez, baseada na corrente de pensamento que se fundamentou nos pressupostos do paradigma universal.
- C) A restrição de uma capacidade orgânica da espécie humana, mas considerada normal e curável por meio de atendimento clínico e tratamento terapêutico.
- D) Uma incapacidade orgânica que impediria o surdo de assemelhar-se a outros considerados normais da espécie humana, no caso, principalmente, de situações de surdez irreversível.
- E) Como uma ocorrência de ordem biogenética, normal, sem implicações no desenvolvimento intelectual dos surdos e na sua capacidade de oralização, noção esta fundamentada também em uma concepção oralista.

26. A perspectiva sobre a deficiência esboçada pela visão sócio-antropológica indica-nos que:

- A) As pessoas que apresentam qualquer tipo de deficiência são consideradas normais, e assim devem ser tratadas, inclusive, no que se refere à integração dos surdos no mundo dos ouvintes, e sua incapacidade auditiva não deve ser encarada como argumento para explicar o confinamento que, muitas vezes, lhes é imposto pela sociedade ou pelos próprios familiares.
- B) Essa concepção está ligada ao surgimento do conceito de “normalização do corpo”, segundo o qual a deficiência não deve ser vista como patologia, mas, ao contrário, como uma ocorrência de ordem orgânica ou neurológica específica, que, no entanto, não impediria a convivência de qualquer indivíduo com seus semelhantes, assim como não o privaria de seu desenvolvimento integral no ambiente social.
- C) Tal visão tem como princípio a crença de que a deficiência se explicaria a partir da incapacidade e da desvantagem do indivíduo para se integrar em sociedade, em decorrência de algum tipo de restrição em suas capacidades física e/ou neurológica.
- D) A corrente de pensamento que se fundamentou nos estudos sobre a antropologia da deficiência traz uma visão de que, no passado, todas as pessoas consideradas anormais eram segregadas da vida social e obrigadas a viver em instituições criadas para esse fim.
- E) Segundo este modelo, a concepção de deficiente opõe-se à idéia de um portador de anormalidade ou lesão no corpo, e passa a ser associada à idéia de um indivíduo que por determinada condição de diversidade apresenta necessidades especiais para se integrar à vida social. Neste caso, a surdez passa a ser concebida sob uma nova perspectiva, como uma diferença lingüística, e, do mesmo modo, outros tipos de deficiência são encarados como diferenças culturais.

27. O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando o acesso de alunos surdos à escola, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, e define que para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, seja viabilizada a educação bilíngüe. Assim, a aprendizagem da LIBRAS e da Língua Portuguesa pela criança surda deverá ocorrer:

- A) Dentro de escolas especializadas no ensino da Língua de Sinais, com professores que ensinem a LIBRAS como a língua da comunidade surda e o português como língua oficial do país.
- B) Em um processo formal, de preferência dentro de escolas de ensino regular, com metodologias específicas e professores capacitados, que ensinem a LIBRAS como primeira língua e o português como segunda língua para os surdos, na modalidade escrita.
- C) Dentro de escolas especializadas no ensino da Língua de Sinais, com professores que ensinem a LIBRAS como a primeira língua da comunidade surda e o português como segunda língua.
- D) Em um processo formal, de preferência dentro de escolas de ensino regular, com metodologias específicas e professores capacitados, que ensinem a LIBRAS como segunda língua para os surdos e o português como língua oficial do país.
- E) Em um processo formal, de preferência dentro de escolas de ensino regular, com metodologias específicas e professores capacitados, que ensinem a LIBRAS como primeira língua para os surdos e o português como língua natural e na modalidade escrita.

28. Com a publicação da Lei nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) passou a ser reconhecida oficialmente como meio de comunicação e expressão, e língua oficial da comunidade surda no Brasil. Além disso, essa Lei, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, ao dispor sobre a Língua Brasileira de Sinais, no seu CAPÍTULO III DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS Art. 4º, define que:

- A) Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, assim como o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores para o ensino de LIBRAS.
- B) A formação de docentes para o ensino de Libras deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, ou curso de Letras Libras e Língua Portuguesa como segunda língua, viabilizando a formação bilíngüe.
- C) A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras Libras ou em Letras Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.
- D) Os cursos de educação profissional, cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior, cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação, cursos de Licenciatura em Letras LIBRAS ou cursos de Licenciatura em Letras Libras e Língua Portuguesa como segunda Língua são considerados cursos de formação que habilitam professores para o ensino de LIBRAS
- E) A formação do professor de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, ou em cursos de Pedagogia, ou cursos de Licenciatura em Letras Libras, ou cursos de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa como segunda Língua.

29. Considerada a língua oficial da comunidade surda, a Língua Brasileira de Sinais, como tantas outras existentes, possui suas próprias regras, relacionadas a aspectos sintáticos, morfológicos, semânticos, e constitui parte integrante da cultura surda. Nessa perspectiva, podemos dizer que o reconhecimento da LIBRAS, dentro do contexto educacional, implica:

- A) Compreendê-la como uma língua estruturada e autônoma em relação às línguas orais, constituindo a língua natural da comunidade surda no país e canal primordial para sua comunicação com o mundo, capaz de facilitar e propiciar o desenvolvimento cognitivo e lingüístico dos surdos, assim como sua integração social.
- B) Que o aprendizado desta língua dentro da escola esteja submetido ao aprendizado da língua oral oficial do país, e seja exigido seu uso por toda a comunidade escolar, a fim de que se possa facilitar a comunicação e integração dos surdos no meio social.
- C) Que deve ser compreendida como língua universal das comunidades surdas, e, no que concerne a sua estrutura, correspondente com os aspectos estruturais da língua oficial da maioria ouvinte, a língua portuguesa, com vistas a permitir o desenvolvimento cognitivo pleno e integral dos surdos com o mundo dos ouvintes.
- D) Estabelecer métodos específicos no processo de ensino aprendizagem de alunos surdos, relacionando a língua de sinais com a língua oral da maioria ouvinte, de modo que o surdo possa desenvolver a oralidade, para seu pleno desenvolvimento cognitivo e lingüístico.
- E) Entender que o aluno surdo está integrado também à cultura dos ouvintes, e que, portanto, apreende o mundo da mesma forma que estes, sendo, por isso, de suma importância o aprendizado da língua da maioria ouvinte, nas modalidades oral e escrita, a fim de que possa estabelecer vínculos maiores com os valores da cultura na qual encontra-se inserido.

30. As políticas direcionadas para a inclusão de surdos na vida social, com ênfase no contexto educacional, tem levado em conta o uso cada vez mais ampliado dos recursos tecnológicos no ambiente escolar, e, nesse sentido, busca garantir a utilização da Tecnologia Assistiva, de forma coletiva e individualizada, em situações onde ocorre a necessidade de ajudas técnicas para portadores de deficiência. Neste particular, o Decreto 5296/2004, no CAPÍTULO VII – DAS AJUDAS TÉCNICAS, Art. 61, define objetivamente as ajudas técnicas e os direitos da pessoa com deficiência com a seguinte disposição:

A) Para os fins deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas formas alternativas de comunicação, adaptações em equipamentos como computadores e equipamentos de auxílio para visão e ou audição, recursos para comunicação oral, adaptação ambiental, adaptação postural, formas alternativas de mobilidade

B) Para os fins deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas todas as tecnologias que assistam ao deficiente em suas necessidades primordiais, para o amplo desenvolvimento de sua integração e o favorecimento de sua autonomia pessoal, total ou assistida".

C) “Para os fins deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas todas as adaptações de caráter técnico realizadas nos estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionando condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários".

D) “Para os fins deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida”.

E) “Para os fins deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas os produtos que possam garantir ao aluno com portador de deficiência o direito de acesso integral à educação, significando ter, à sua disposição, a tecnologia necessária para seu desenvolvimento pleno.

31. No Brasil, a história da educação de surdos está ligada, desde época remota, a um amplo movimento, com propostas políticas destinadas ao atendimento das pessoas com deficiência. Este movimento teve sua origem ainda na segunda metade do século XIX, com a criação de duas instituições, que ainda hoje se encontram empenhadas na missão de promover a inclusão das pessoas com deficiência no contexto educacional, sendo elas:

A) O Instituto Petalozzi, em 1854, e o Instituto Imperial para Surdos-Mudos (antigo Collégio Nacional para Surdos-Mudos), e em 1857, o atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).

B) O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1855, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto Imperial para Surdos-Mudos (antigo Collégio Nacional para Surdos-Mudos), em 1856, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)

C) O Instituto Petalozzi, em 1854, e o Instituto Imperial para Surdos-Mudos (antigo Collégio Nacional para Surdos-Mudos), em 1858, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

D) O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em 1858, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

E) O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e em 1857, o Instituto Imperial para Surdos-Mudos (antigo Collégio Nacional para Surdos-Mudos), atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

32. De acordo com o que dispõe o Decreto 5296/2004, sobre o acesso das pessoas com deficiência auditiva e visual à informação e à comunicação, no CAPÍTULO VII, Art. 59 encontra-se definido que:

A) “O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de LIBRAS, ledores, guias-intérpretes, ou tecnologias de informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea.”

B) “No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.”

C) “As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir a existência de centrais de intermediação de comunicação telefônica a serem utilizadas por pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, que funcionem em tempo integral e atendam a todo o território nacional, inclusive com integração com o mesmo serviço oferecido pelas prestadoras de Serviço Móvel Pessoal.”

D) “Os telecentros comunitários instalados ou custeados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal devem possuir instalações plenamente acessíveis e, pelo menos, um computador com sistema de som instalado, para uso preferencial por pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva.”

E) “No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis”.

33. A Declaração de Salamanca, considerada um dos principais documentos mundiais que apresenta diretrizes relacionadas à inclusão social, foi resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, no ano de 1994. Orientada pelo princípio da inclusão, a Declaração de Salamanca ampliou a concepção de “necessidades educacionais especiais” que passou a incluir:

A) As necessidades de cuidados básicos e a educação inicial na infância, como forma de garantir as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, levando em consideração a cultura, as necessidades e as possibilidades da comunidade onde essas crianças convivem.

B) Além de crianças com deficiências, crianças superdotadas, as que moram nas ruas, as que desenvolvem trabalho forçado, as que habitam regiões remotas, distantes de sua escola, as pertencentes a grupos de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de grupos desfavorecidos ou marginais. E neste enquadramento de ação, a expressão “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiência ou dificuldades escolares.

C) Jovens fora da escola, adultos com nenhum ou pouco acesso à educação básica, programas voltados para o atendimento a grupos específicos de mulheres que vivem situações familiares de risco, camponeses pobres portadores de deficiência, pessoas que sofrem discriminação por sua condição social, financeira ou étnica.

D) Aqueles que sofrem preconceito de qualquer natureza, seja por que motivo for; os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pelas guerras e os povos submetidos a um regime de ocupação.

E) A diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, exigindo a ampliação e a redefinição das propostas educacionais, no que se refere à educação básica, para que nela se incluam programas complementares alternativos voltados a satisfazer as necessidades de aprendizagem de todos que apresentam necessidades educacionais especiais.

34. A Declaração de Jomtien, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que foi realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, teve como objetivo principal:

- A) Fornecer diretrizes básicas para a reforma de políticas educacionais de acordo com uma proposta de educação igualitária aos portadores de necessidades educacionais especiais.
- B) Reconhecer e responder às demandas educacionais, assegurando uma educação de qualidade a todos, jovens, crianças e adultos.
- C) Discutir o processo de inclusão do surdo no contexto educacional.
- D) A satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.
- E) Propor a ampliação das políticas educacionais, a fim de promover a política de inclusão e de atendimento às necessidades de todas as pessoas com deficiência.

35. Os surdos constituem uma minoria lingüística, mas graças aos persistentes movimentos de reivindicação em favor de suas causas, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação da comunidade surda no Brasil, a partir da publicação da Lei nº 10.436/2002. Outra grande conquista dos surdos neste sentido foi o atendimento à demanda de intérpretes e tradutores de LIBRAS e Língua Portuguesa para surdos. Nesse particular, a LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010, estabelece as atribuições do tradutor intérprete de LIBRAS no exercício de suas competências. Dentre essas atribuições, assinale aquela que não está determinada pela referida Lei.

- A) Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa.
- B) Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.
- C) Realizar serviços de tradução escrita da Língua Brasileira de sinais para a Língua Portuguesa.
- D) Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas.
- E) Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

36. O decreto 5.626/05 considera a pessoa surda aquela que

- (A) tem deficiência auditiva com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiometria nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz..
- (B) apresenta perda parcial ou total bilateral ou unilateral, ou seja, um indivíduo que tem dificuldade de ouvir ou não ouve.
- (C) tem deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiometria nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Ademais, apresenta perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- (D) Apresenta um determinado tipo de surdez e uma classificação de grau de surdez de forma bilateral ou unilateral com perda parcial ou total diagnosticado com laudo médico.
- (E) por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

37. Os tipos de perda auditiva podem ser classificados em:

- (A) perda auditiva progressiva, perda auditiva regressiva e perda auditiva patológica.
- (B) perda auditiva adquirida e perda auditiva congênita.
- (C) perda auditiva condutiva, perda auditiva sensorio-neural e perda auditiva mista.

(D) perda auditiva bilateral, perda auditiva unilateral e perda auditiva simétrica.

(E) perda auditiva tonal limiar, perda auditiva timpanograma e perda auditiva acústica.

38. A Bureau International D'Audio phonologie (BIAP), classifica o grau de perda auditiva em:

- (A) leve (20 a 40 dBNA), moderada (40 a 70 dBNA), severa (70 a 90 dBNA) e profunda (acima de 90 dBNA).
- (B) leve (20 a 50 dBNA), moderada (50 a 70 dBNA), severa (70 a 100 dBNA) e profunda (acima de 101 dBNA).
- (C) leve (20 a 40 dBNA), moderada (40 a 70 dBNA), profunda(70 a 90 dBNA) e severa (acima de 90 dBNA).
- (D) leve (20 a 50 dBNA), moderada (50 a 70 dBNA), profunda(70 a 100 dBNA) e severa (acima de 101 dBNA).
- (E) leve (20 a 50 dBNA), moderada (50 a 70 dBNA), profunda (70 a 100 dBNA) e severa (acima de 101 dBNA).

39. A LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais apresenta os níveis:

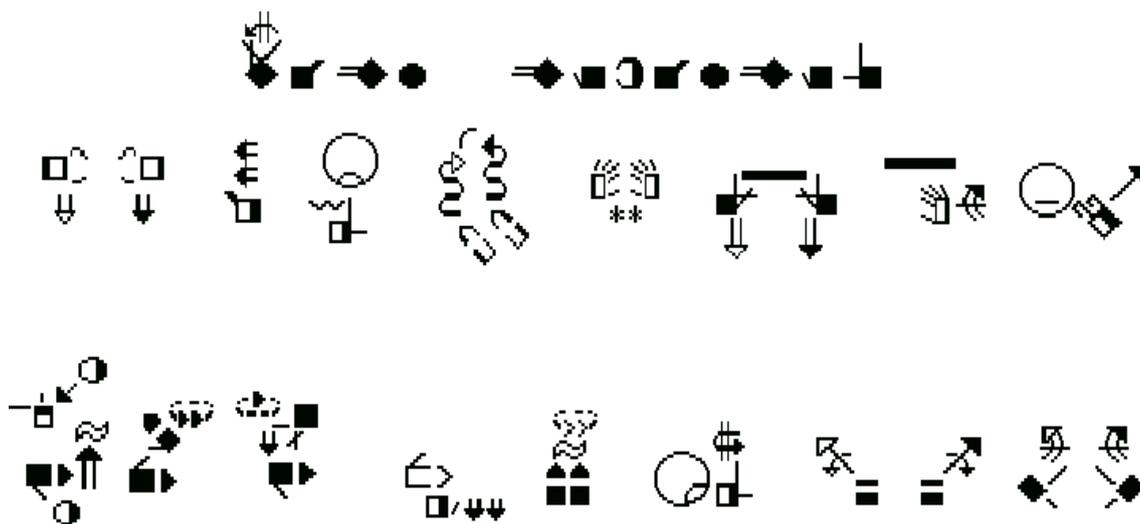
- (A) Fonético, Fonológico, Morfossintático, Semântico e Textual-discursivo
- (B) Fonológico, Morfológico, Sintático, Semântico e Pragmático.
- (C) Fonético-fonológico, Morfossintático, Semântico-Pragmático e Textual-discursivo.
- (D) Fonológico, Morfossintático, Semântico e Pragmático.
- (E) Fonético, Fonológico, Morfológico, Sintático, Semântico e Pragmático.

40. A estrutura fonológica da LIBRAS constitui-se de:

- (A) parâmetros que se combinam com embasamento na gramática da LIBRAS. A configuração do(s) movimento(s), o ponto de articulação e a mão são chamados de parâmetros primários, enquanto a região de contato, a orientação da(s) mão(s) e a disposição da(s) mão(s) são designadas como parâmetros secundários.
- (B) parâmetros que se combinam com embasamento no sistema linguístico. A configuração da(s) mão(s), o ponto de articulação e o movimento são chamados de parâmetros primários, enquanto a região de contato, a orientação da(s) mão(s) e a disposição da(s) mão(s) são designadas como parâmetros secundários.
- (C) parâmetros que se combinam com embasamento na cultura surda. A configuração da(s) mão(s), o ponto de articulação e o movimento são chamados de parâmetros primários, enquanto a região de contato, a orientação da(s) mão(s) e a disposição da(s) mão(s) são designadas como parâmetros secundários.
- (D) parâmetros que se combinam com embasamento no uso da língua em uma determinada interação social. A configuração da(s) mão(s), o ponto de articulação e o movimento são chamados de parâmetros primários, enquanto a região de contato, a orientação da(s) mão(s) e a disposição da(s) mão(s) são designadas como parâmetros secundários.
- (E) parâmetros que se combinam com embasamento na simultaneidade. A configuração da(s) mão(s), o ponto de articulação e o movimento são chamados de parâmetros primários, enquanto a região de contato, a orientação da(s) mão(s) e a disposição da(s) mão(s) são designadas como parâmetros secundários.

41. O texto escrito abaixo é parte do Hino Nacional Brasileiro que foi traduzido para Escrita de Sinais por Stumpf. Assinale a alternativa CORRETA referente ao processo de escrita de sinais da LIBRAS:

### HINO NACIONAL



- (A) A escrita de sinais é chamada de Signwriting. Ela é uma escrita visual com formas específicas de transcrição: escrita com o corpo inteiro, escrita de língua de sinais padrão em SignWriting e escrita simplificada ou escrita à mão.
- (B) A escrita de sinais é chamada de Singwriting. Ela tem muitos símbolos com regra de grafia do sinal, nesse caso sempre se escreve a posição do contato, configuração das mãos, observando o ponto de articulação, e o movimento das mãos.
- (C) A escrita de sinais é chamada de Signwriting. Ela apresenta características de evolução da escrita alfabética com padronização da escrita do mesmo sinal. Este processo acontece por meio da transcrição do alfabeto digital ou manual de língua de Brasileira de sinais.
- (D) A escrita de sinais é chamada de Signwriting. A escrita SignWriting é produzida a partir do ponto de vista do sinalizador e do leitor: de forma expressiva, como se o leitor estivesse atrás do sinalizador, facilitando assim enormemente o processo de leitura no momento de realizar a transcrição da LIBRAS na linguagem escrita.
- (E) A escrita de sinais é chamada de Signwriting. Esta escrita possibilita a grafia da Libras de acordo com três parâmetros de realização do movimento: Configuração das mãos; ponto de articulação e movimentos.

42- Ronice Quadros e Magali Schmiedt no Livro “ Idéias (sic) para ensinar português para surdos” ressaltam, que a criança surda pode ter acesso a representação gráfica da língua portuguesa, processo psicolinguístico da alfabetização e à explicitação e construção das referências culturais da comunidade surda. Desta forma, ensinar a língua portuguesa tornar-se-á uma tarefa possível,

- (A) se o processo for de alfabetização de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida e efetivamente a primeira língua.

- (B) se o processo de alfabetização comparar as semelhanças e as diferenças entre a Língua Portuguesa e a Libras.
- (C) se o processo de alfabetização realizar uma transferência de conhecimentos da Libras para Língua Portuguesa.
- (D) se três recursos muito importante forem utilizados em sala de aula: a utilização de diversos gêneros discursivos, contar histórias em Libras e a produção da literatura infantil em Português L2.
- (E) se o processo de alfabetização perpassar às experiências com o bilinguismo sob uma perspectiva da metalinguagem e da epilinguagem para a criança surda criar hipóteses e atuar sobre o processo de aquisição da linguagem escrita na língua portuguesa a partir da Libras.

43- Ronice Quadros apresenta no livro educação de surdos – aquisição da linguagem dois pré-requisitos fundamentais no processo de ensino de língua portuguesa para surdos:

- (A) a garantia de um processo natural de aquisição da LIBRAS como L1 e aquisição da língua escrita, isto é, processo de alfabetização.
- (B) a elaboração de propostas pedagógicas e metodológicas da LIBRAS e a aprendizagem do português escrita a partir das práticas sociais de leitura.
- (C) a interação verbal a partir do input linguístico da LIBRAS e estratégias didático-pedagógicas de alfabetização e letramento.
- (D) desenvolver a formação sócio-emocional a partir do uso da LIBRAS em situação sociocomunicativas e criar um ambiente linguístico com diversos gêneros discursivos com objetivo de potencializar o processamento cognitivo-linguístico do aluno surdos em uma perspectiva Bilingue.
- (E) oportunizar a aquisição da LIBRAS a partir da perspectiva bicultural e bilíngue e formular propostas de leitura e escrita a parti do alfabetizar letrando.

44- O processo de comunicação da Libras na sala de aula é relevante para que o aluno desenvolva habilidades linguísticas e competências comunicativa fluente. A comunicação em Libras apresenta elementos fundamentais e frequentes que enfatizam as emoções, as sensações, os sentimentos e os sentidos. São eles:

- (A) as expressões das mãos, corporais e as mímicas.
- (B) as expressões corporais, faciais e os sinais.
- (C) as expressões das mãos, faciais e as mímicas.
- (D) as expressões gestuais, corporais e as facias.
- (E) as expressões faciais, corporais e as mímicas.

45- O texto escrito abaixo é uma redação sobre o processo de escrita no ensino de língua portuguesa produzida por um aluno surdo. Observe e leia atentamente o texto, em seguida, marque a única alternativa CORRETA:

“O trabalho com a escrita como língua que fala gramática programas de ensino do português para vida da comunidade a leitura cuja interpretação se limita a recuperar os elementos literais e explícitos presentes na superfície do texto [...]”.

- (A) O texto escrito está incoerente por não apresentar unidade de sentido, apresenta problema de coesão textual, não está de acordo com a norma culta da língua portuguesa.
- (B) A escrita está semelhante de estrangeiros aprendendo a língua portuguesa, precisa de correção gramatical e adequação aos aspectos linguísticos da língua portuguesa.
- (C) A escrita está marcada pela “interlíngua”, ou seja, estabelece um diálogo com a L1, neste caso a

Libras, que dará base cognitiva para essa tarefa e a organização linguística se fará no reconhecimento, significação e produção do Português L2.

- (D) A escrita da língua portuguesa caracteriza-se pela semelhança com a Libras, dependentes do recurso gesto-espacial com a lexicalização e sintaxe da Língua Portuguesa L2.
- (E) A produção textual escrita têm grande dificuldade com as referências pessoais (cadeia coesiva por substituição por referência anafórica e catafórica). Há uma interferência específica da Libras nas formas de comunicação sobre o estabelecimento de cadeias coesivas no Português L2. Observa-se informações lexicais e notacionais que permitem compreender o significado e a função desses elos de ligação na produção escrita.

46- As expressões não-manuais (movimento da face, dos olhos da cabeça ou do tronco) devem ser ensinadas e explicitadas nas aulas de Libras, porque designam na Libras:

- (A) funcionalidade morfossintática e diferenciação semântico-pragmática.
- (B) quantificador que denota o nome associado a que se refere e itens lexicais de uma classe de palavras com valor semântico em determinadas situações de comunicações.
- (C) classificadores e operações sintáticas motivadas pelo campo semântico.
- (D) marcação de construções sintáticas e diferenciação de itens lexicais.
- (E) formas linguísticas elípticas e estrutura segmental na formação de palavras.

47- O processo de Letramento escolar de alunos surdos deverá ser realizado a partir:

- (A) do ensino de aspectos gramaticais para formação do sujeito letrado, porque a escrita precisa ser assimilada e concebida como atividade grafo-visual dentro do âmbito sociocultural, histórico e ideologicamente determinado.
- (B) da relação do surdo com a língua escrita em uma prática social de leitura com interação verbal e construção de sentido a partir dos conhecimentos adquiridos pela Língua de sinais.
- (C) da memorização de regras ortográficas, de pontuação, de concordância e regência da língua portuguesa.
- (D) de atividades da norma culta da língua portuguesa.
- (E) da realidade, da condição sociocultural, do conhecimento linguístico e de mundo do aluno surdo.

48- O surdo pode desenvolver a linguagem a partir das seguintes etapas:

- (A) a Libras e o Português escrito.
- (B) a pré-linguística e a linguística.
- (C) a pré-linguística, a linguística e a pós-linguística.
- (D) a linguística e a pós-linguística.

(E) a pré-linguística, a Libras e Português escrito.

49- De acordo com *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez* (2010), “ O AEE deve ser visto como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento precisa ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processam como instrumento de interlocução e de diálogo. As práticas de sala de aula comum e do AEE devem ser articuladas por metodologias de ensino que estimulem vivências e que levem o aluno a aprender a aprender, propiciando condições essenciais da aprendizagem dos alunos com surdez na abordagem Bilíngue.” Necessariamente, é fundamental no AEE três momentos didático-pedagógicos:

- (A) Atendimento de Interprete e tradutor de Libras, Atendimento Especializado de Libras, Atendimento Educacional de Língua Portuguesa como segunda língua.
- (B) Atendimento Educacional Especializado de Libras, Atendimento Educacional Especializado na Libras, Atendimento Educacional Especializado de Língua Portuguesa.
- (C) Atendimento Educacional Especializado em Libras, Atendimento Educacional Especializado com Libras, Atendimento Educacional Especializado de Língua Portuguesa L2.
- (D) Atendimento de Interprete e tradutor de Libras, Atendimento Educacional Especializado de Libras, Atendimento Educacional de Língua Portuguesa escrito.
- (E) Atendimento Educacional Especializado em Libras, Atendimento Educacional Especializado de Libras, Atendimento Educacional Especializado de Língua Portuguesa.

50- No que concerne aos estudos linguísticos, historicamente, se constituem uma noção de língua baseada na perspectiva oral-auditiva, ou seja, durante muito tempo se associou a existência de uma língua a sua possibilidade de ser produzida por um canal vocal-sonoro. Esta concepção se modificou a partir do momento em que a língua de sinais adquiriu seu status linguístico, passando a ser reconhecida como língua, fato que se deu:

- A) Pela primeira vez no congresso mundial da Federação Mundial dos Surdos (World Federation of the Deaf – WFD) em 1951.
- B) Com a comissão de unificação dos sinais, em meados da década de 1970.
- C) A partir dos estudos do linguista William Stokoe, em 1960.
- D) Com a publicação da Lei 10.436, aprovada em 24 de abril de 2002.
- E) Na década de 1990, com a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira.